



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de março de 2025.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante



**Shape the future
with confidence**

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.347	4.602
Contas a receber de clientes	5	1.011	2.093
Tributos a recuperar		944	273
Outros ativos circulantes		105	231
Total do Ativo Circulante		4.407	7.199
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos Diferidos		10	-
Imobilizado	6	52.181	54.893
Total do Ativo Não Circulante		52.191	54.893
Total do Ativo		56.598	62.092
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		246	48
Empréstimos	7	5.077	4.991
Instrumentos financeiros derivativos	7.1	4.781	5.920
Dividendos a pagar	8	1.921	932
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	9.1	85	74
Outros passivos circulantes		286	307
Total Passivo Circulante		12.396	12.272
Não Circulante			
Empréstimos	7	25.093	29.355
Total Passivo Não Circulante		25.093	29.355
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	38.146	38.146
Reserva de capital	11	6	6
Reserva de lucros	11	17.268	13.171
Lucros (prejuízos) acumulados	11	(36.311)	(30.858)
Total Patrimônio Líquido		19.109	20.465
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		56.598	62.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	12	10.801	10.492
Custos dos bens construídos e serviços prestados	13	(5.529)	(4.364)
Resultado operacional bruto		5.272	6.128
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	14	(579)	(603)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		4.693	5.525
Despesas financeiras	15	(4.392)	(6.754)
Receitas financeiras	15	3.067	684
Resultado financeiro líquido		(1.325)	(6.070)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.368	(545)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(740)	(558)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	5	-
Resultado líquido do exercício		2.633	(1.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	2.633	(1.103)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.633	(1.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 01 janeiro 2023	38.146	6	10.675	1.298	(28.184)	21.941
Constituição de reserva legal	-	-	-	79	(79)	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	1.119	-	(1.119)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(373)	(373)
Absorção prejuízo acumulado	-	-	-	-	(1.103)	(1.103)
Saldos em 31 dezembro 2023	38.146	6	11.794	1.377	(30.858)	20.465
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	2.633	2.633
Constituição de reserva de lucro	11	-	5.761	-	(5.761)	-
Constituição de reserva legal	11	-	-	404	(404)	-
Distribuição de reserva de lucros	11	-	(2.068)	-	-	(2.068)
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(1.921)	(1.921)
Saldos em 31 dezembro 2024	38.146	6	15.487	1.781	(36.311)	19.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.368	(545)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Depreciação - imobilizado		2.713	2.713
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		4.227	5.418
Juros - outros		-	1.075
Baixa de contas a receber parte relacionada		-	98
Provisão (reversão) de contingências		-	(164)
Lucro ajustado		10.372	8.595
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		1.018	(1.156)
Tributos a recuperar		(771)	892
Ativo fiscal diferido		(6)	-
Outros ativos		126	(162)
Fornecedores e outras contas a pagar		198	(158)
Outros passivos		(21)	(1.066)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		10.916	6.945
Imposto de renda e contribuição social pagos		(629)	(418)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.287	6.527
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(3.000)	(3.000)
Pagamento de empréstimos		(4.028)	(3.097)
Juros pagos de empréstimos		(4.375)	(5.629)
Instrumentos financeiros derivativos		(1.139)	2.118
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(12.542)	(9.608)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.255)	(3.081)
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		4.602	7.683
No final do exercício		2.347	4.602
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.255)	(3.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto Social

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TPAE”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657. Foi Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009. A Companhia tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) com 90,35% e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T, com 9,65%.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (I) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (II) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (III) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (IV) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

- (V) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (VI) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (VII) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.1. Declaração de Conformidade--Continuação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações contábeis societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 01 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de

Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações financeiras, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias --Continuação

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos

juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias --Continuação

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias --Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias --Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias --Continuação

3.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.8. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Imposto de renda e contribuição social e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024

3.14.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas Demonstrações contábeis regulatórias, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

3.14.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações contábeis regulatórias Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco	47	100
Aplicação financeira (i)	2.300	4.502
Total	<u>2.347</u>	<u>4.602</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú que teve no ano de 2024, remuneração média referenciado ao CDI de 104,97% (2023 94,59%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

5. Contas a receber de clientes

O saldo de concessionária e permissionária refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias e permissionárias (i)	1.164	1.689
CDE (ii)	220	404
Antecipação de cliente (iii)	(373)	-
Total	<u>1.011</u>	<u>2.093</u>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$ 35 mil em 05/01/2025 e R\$ 45 mil em 15/01/2025, R\$881 mil em 25/01/2025 e R\$36 mil em 05/02/2025 e R\$ 167mil provenientes de créditos a receber.
- (ii) Valores a receber da CDE nos próximos meses, relativos a repasses por adimplência. As transmissoras de energia contribuem para a CDE com uma parcela de sua receita bruta, conforme determinado pela ANEEL, essa contribuição é estabelecida anualmente e varia de acordo com as políticas energéticas e as necessidades do setor.
- (iii) Refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, o saldo R\$ (251) será amortizado via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25). Enquanto o montante equivalente a R\$ (121) refere-se a adiantamento já conhecido que está contido na parcela de ajuste da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26).

6. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

6. Imobilizado --Continuação

A composição do imobilizado em 2024 é como segue:

<i>R\$ Mil</i>	Taxas anuais médias de depreciação	Valor Bruto			Depreciação acumulada			Valor líquido	
		31/12/2023	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Depreciação	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Em serviço									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	3,33%	81.040	-	81.040	(27.302)	(2.707)	(30.009)	51.031	53.738
Administração									
Equipamentos de informática	20,00%	23	-	23	(11)	(4)	(15)	8	12
Subtotal		81.063	-	81.063	(27.313)	(2.711)	(30.024)	51.039	53.750
Em curso									
Edificações, serviços civis e benfeitorias		78	-	78	-	-	-	78	78
Imobilizado em andamento		1.064	-	1.064	-	-	-	1.064	1.064
Adiantamento a fornecedores		1	(1)	-	-	-	-	-	1
Subtotal		1.143	(1)	1.142	-	-	-	1.142	1.143
Total do Ativo Imobilizado		82.206	(1)	82.205	(27.313)	(2.711)	(30.024)	52.181	54.893

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

6. Imobilizado --Continuação

O valor líquido do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão – Em Serviço					
Máquinas e equipamentos	3,63%	81.040	(30.009)	51.031	53.738
Administração – Em Serviço					
Equipamentos de informática	20,00%	23	(15)	8	12
Subtotal		81.063	(30.024)	51.039	53.750
Transmissão – Em Curso					
Edificações, serviços civis e benfeitorias	0,00%	78	-	78	78
A ratear	0,00%	1.064	-	1.064	1.064
Adiantamento a fornecedores	0,00%	-	-	-	1
Subtotal		1.142	-	1.142	1.143
Total		82.205	(30.024)	52.181	54.893

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento Itaú (i)	29.355	31.644	15/10/2030	Semestral	CDI+2,65% a.a.
Juros	815	2.702			
Total	30.170	34.346			

A movimentação do empréstimo está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Financiamento Itaú (i)	34.346	4.227	(4.028)	(4.375)	30.170
Total	34.346	4.227	(4.028)	(4.375)	30.170
Total circulante	4.991				5.077
Total não circulante	29.355				25.093

(i) Foi contratada operação de Capital de Giro no Itaú através da CCB n. 10012010000500, com reinvestimento de R\$38 milhões em outubro de 2020, primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030.

Amortização da dívida

O financiamento classificado no passivo não circulante, sem o efeito do custo a apropriar, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	4.484
2027	4.750
2028	5.016
2029	5.282
2030	5.561
Total	25.093

7.1. Instrumentos financeiros derivativos

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	5,5% a.a. IPCA	15/10/2030	36.879	42.977
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI	2,65% a.a. CDI		(32.098)	(37.057)
			4.781	5.920

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Empréstimos--Continuação

7.1. Instrumentos financeiros derivativos --Continuação

	31/12/2023	Aquisição	Receita com Swap	31/12/2024
Instrumentos financeiros – Swap (i)	5.920	781	(1.920)	4.781
Total	5.920	781	(1.920)	4.781

(i) Atrelado ao empréstimo do Itaú referenciado no item acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de R\$ 36.879 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de R\$ 32.098, auferindo o resultado de R\$ 4.781 de resultado passivo.

8. Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos pagos		31/12/2024
				Via dividendos intercalares	Via distribuição reserva de lucros	
V2I Energia S.A.	842	1.736	1.869	(845)	(1.869)	1.733
FIP Coinvestimento e Transmissão	90	185	199	(87)	(199)	188
Total	932	1.921	2.068	(932)	(2.068)	1.921

9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	11.758	11.349
Base presunção IRPJ 8%	941	908
Base presunção CSLL 12%	1.411	1.362
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	1.148	684
Base de IRPJ	2.089	1.592
Despesa de IRPJ	(503)	(374)
Base de CSLL	2.559	2.046
Despesa de CSLL	(232)	(184)
Despesa de IRPJ e CSLL	(735)	(558)
Imposto de renda e contribuição social diferido	5	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(740)	(558)

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

9.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial dos impostos a pagar	74	83
Impostos calculados	740	558
Impostos deduzidos	(100)	(149)
Impostos pagos	(629)	(418)
Saldo final dos impostos a pagar	85	74

10. Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável ou possível.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

Capital social

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
V2i Energia	34.465.144	34.465	90,35%	34.465.144	34.465	90,35%
CEEE-GT	3.681.114	3.681	9,65%	3.681.114	3.681	9,65%
	38.146.258	38.146	100%	38.146.258	38.146	100%

Em 31 de dezembro de 2024 V2i Energia S.A. detém 90,35% do ativo Transmissora Porto Alegre de Energia S.A, os outros 9,65% pertencem à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE - GT).

O ativo foi adquirido pela V2i Energia S.A. em 30 de abril de 2020, a partir de um acordo de compra e venda realizado com a Procable Energia e Telecomunicações S.A.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/Prejuízo do exercício (Societário)	8.087	1.571
Base da reserva legal	8.087	1.571
Reserva legal (5%)	404	79
Saldo inicial	1.377	1.298
Calculado no ano	404	79
Total	1.781	1.377

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, conforme determinado no estatuto social da empresa. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

O cálculo da destinação dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2024 ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício (Societário)	8.086	1.571
Reserva legal (5%)	(404)	(79)
Base para dividendos	7.682	1.492
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	1.921	373

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício (Societário)	8.086	1.571
Reserva legal (5%)	(404)	(79)
Dividendos mínimos propostos	(1.921)	(373)
Reserva de lucros	5.761	1.119
Saldo inicial	11.794	10.675
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos	(2.068)	-
Calculado no ano	5.761	1.119
Total	15.487	11.794

Prejuízos acumulados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(30.858)	(28.184)
Lucro/prejuízo do exercício regulatório	2.633	(1.103)
Dividendos propostos	(1.921)	(373)
Constituição de reserva	(6.165)	(1.198)
Saldo final	(36.311)	(30.858)

Lucro por ação

O saldo do resultado por ação é composto conforme representado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício societário	8.087	1.571
Lucro por ação	0,2120	0,0412

A Companhia não possui instrumento diluidor.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilização do sistema de transmissão	11.758	11.351
(-) Tributos sobre a receita	(437)	(414)
(-) Encargos do consumidor	(520)	(445)
Total	10.801	10.492

13. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com pessoal	(421)	(416)
Custo com materiais	(177)	(465)
Custo com serviços de terceiros	(1.737)	(832)
Custo com tributos	(2)	(98)
Custo com depreciação e amortização	(2.707)	(2.708)
Reversão de provisão	-	227
Demais custos	(417)	(43)
Custo com locação de veículos	(68)	(29)
Total	(5.529)	(4.364)

14. Outras despesas e outras receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(572)	(537)
Depreciação e amortização	(4)	(5)
Gastos diversos	(3)	(61)
Outras receitas e despesas operacionais	(579)	(603)

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Resultado Financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros e variações monetárias	(4.227)	(5.418)
IOF, Comissões e taxas	(149)	(244)
Outras despesas financeiras	(16)	(17)
Despesa com swap	-	(1.075)
Despesas Financeiras	(4.392)	(6.754)
Receita com aplicações financeiras	809	684
Juros Selic	338	-
Receitas com swap	1.920	-
Receitas Financeiras	3.067	684
Resultado financeiro líquido	(1.325)	(6.070)

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (i)	Risco Operacional	15.000	12 de setembro de 2024 até 12 de setembro de 2025
Chubb Seguros (ii)	Responsabilidade Civil	15.000	31 de março de 2024 até 31 de março de 2025

- (i) Seguro de risco operacional, com apólice 00003690, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 15 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 116.404.
- (ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 17.51.0043508.12, pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 15 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 23.790

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.347	4.602
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	1.384	2.093
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	30.170	34.346
Instrumentos financeiros e derivativos	2	4.781	5.920
Fornecedores	2	246	48

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

17.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 3,19% em 31 de dezembro de 2024.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

17.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Balanço Patrimonial Societário e Regulatório Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		2.347	-	2.347	4.602	-	4.602
Contas a receber de clientes		1.011	-	1.011	2.093	-	2.093
Tributos a recuperar		944	-	944	273	-	273
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	7.700	7.700	-	7.181	7.181
Outros ativos circulantes		105	-	105	231	-	231
Total do Ativo Circulante		4.407	7.700	12.107	7.199	7.181	14.380
Não Circulante							
Realizável a longo prazo							
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	87.154	87.154	-	84.744	84.744
Impostos Diferidos	(iii)	10	(10)	-	-	-	-
Imobilizado	(ii)	52.181	(52.174)	7	54.893	(54.881)	12
Total do Ativo Não Circulante		52.191	34.970	87.161	54.893	29.863	84.756
Total do Ativo		56.598	42.670	99.268	62.092	37.044	99.136
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		246	-	246	48	-	48
Empréstimos		5.077	-	5.077	4.991	-	4.991
Instrumentos financeiros derivativos		4.781	-	4.781	5.920	-	5.920
Dividendos a pagar		1.921	-	1.921	932	-	932
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		85	-	85	74	-	74
Outros passivos circulantes		286	-	286	307	-	307
Total Passivo Circulante		12.396	-	12.396	12.272	-	12.272
Não Circulante							
Empréstimos		25.093	-	25.093	29.355	-	29.355
Impostos Diferidos	(iii)	-	6.359	6.359	-	6.186	6.186
Total Passivo Não Circulante		25.093	6.359	31.452	29.355	6.186	35.541
Patrimônio Líquido							
Capital social		38.146	-	38.146	38.146	-	38.146
Reserva de capital		6	-	6	6	-	6
Reserva de lucros		17.268	-	17.268	13.171	-	13.171
Lucros (prejuízos) acumulados	(iv)	(36.311)	36.311	-	(30.858)	30.858	-
Total Patrimônio Líquido		19.109	36.311	55.420	20.465	30.858	51.323
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		56.598	42.670	99.268	62.092	37.044	99.136

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais)

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Receita Líquida	(v)	10.801	2.830	13.631	10.492	(39)	10.453
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(5.529)	2.707	(2.822)	(4.364)	2.708	(1.656)
Resultado operacional bruto		5.272	5.537	10.809	6.128	2.669	8.797
Despesas e receitas operacionais							
Outras despesas e receitas operacionais	(vi)	(579)	-	(579)	(603)	-	(603)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		4.693	5.537	10.230	5.525	2.669	8.194
Despesas financeiras	(vii)	(4.392)	-	(4.392)	(6.754)	-	(6.754)
Receitas financeiras		3.067	-	3.067	684	-	684
Resultado financeiro líquido		(1.325)	-	(1.325)	(6.070)	-	(6.070)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.368	5.537	8.905	(545)	2.669	2.124
Imposto de renda e contribuição social correntes		(740)	-	(740)	(558)	-	(558)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(iii)	5	(84)	(79)	-	5	5
Resultado líquido do exercício		2.633	5.453	8.086	(1.103)	2.674	1.571

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Imobilizado

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Patrimônio líquido societário

Ativo de contrato de concessão (CPC 47)

Imobilizado e intangível (CPC 47)

Impostos diferido (CPC 47)

Patrimônio líquido regulatório (Passivo a descoberto)

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido societário	55.420	51.323
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(94.854)	(91.925)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	52.174	54.881
Impostos diferido (CPC 47)	6.369	6.186
Patrimônio líquido regulatório (Passivo a descoberto)	19.109	20.465

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(vii) Prejuízo (lucro) líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido societário	8.086	1.571
Receita Líquida (CPC 47)	(2.830)	39
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(2.707)	(2.708)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	84	(5)
Resultado líquido regulatório	2.633	(1.103)

19. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das demonstrações financeiras regulatórias.

*

*

*

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9